
**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 29 / 02 / 2024.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2023, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no Átrio Municipal e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias.

Conforme a metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF, no cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de investimentos, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período de Janeiro a Dezembro de 2023, o resultado primário foi de R\$15.324.225,09 (Quinze milhões trezentos e vinte e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e nove centavos). Esse valor é R\$36.103.831,26 (Trinta e seis milhões cento e três mil oitocentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), superior ao valor inicialmente previsto de -R\$ 20.779.606,17 (Vinte milhões setecentos e setenta e nove mil seiscentos e seis reais e dezessete centavos). O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$1.662.393,33 (Hum milhão seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) no período.

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela arrecadação líquida da receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de investimentos temporários e permanentes e ainda as operações intraorçamentárias, efetivaram-se no montante de R\$ 78.917.842,08 (Setenta e oito milhões novecentos e dezessete mil oitocentos e quarenta e dois reais e oito centavos), correspondendo a 132,50% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias, representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos, que corresponderam, no mesmo período, a R\$63.593.616,99 (Sessenta e três milhões quinhentos e noventa e três mil seiscentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos).

QUADRO 2 – RESULTADO PRIMÁRIO – ACIMA DA LINHA

RECEITA ARRECADADA	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Receitas Correntes	66.573.342,65	86.842.686,47	130,45
(-) Rendimentos de Aplicações	481.624,03	1.600.568,00	332,33
(-) Deduções da Receita Corrente	8.709.704,74	8.910.339,39	102,30
1 (=) Receitas Primárias Correntes	57.382.013,88	76.331.779,08	133,02
Receitas de Capital	9.030.000,00	5.487.023,16	60,76
(-) Operações de Crédito	6.000.000,00	2.737.542,72	45,63
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	850.000,00	163.417,44	19,23
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
2 (=) Receitas Primárias de Capital	2.180.000,00	2.586.063,00	118,63
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	59.562.013,88	78.917.842,08	132,50
DESPESA PAGA	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	64.395.336,05	58.521.554,24	90,88
(-) Juros e Encargos da Dívida	22.000,00	21.977,58	99,90
4 (=) Despesas Primárias Correntes	64.373.336,05	58.499.576,66	90,88
Despesas de Capital	17.684.129,41	6.806.456,08	38,49
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos	72.609,41	72.000,00	99,16
(-) Amortização da Dívida	1.643.236,00	1.640.415,75	99,83
5 (=) Despesas Primárias de Capital	15.968.284,00	5.094.040,33	31,90
6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)	80.341.620,05	63.593.616,99	79,15
7 Saldos de Exercícios Anteriores	3.889.024,54	3.889.024,54	100,00
8 Resultado Primário (3 – 6)	-20.779.606,17	15.324.225,09	-73,75
9 Resultado Primário Ajustado (3 – 6 + 7)	-16.890.581,63	19.213.249,63	-113,75

Observações:

- a) conforme orientação expressa do Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN:
a-1) as receitas e despesas intra-orçamentárias deverão ser computadas no cálculo do resultado primário;
a-2) deve ser retirado do cálculo as receitas e despesas das fontes do RPPS;
- b) também, segundo as orientações do referido Manual, o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, corresponde a:

Previsão inicial da Receita	R\$77.313.156,45
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$8.456.666,56
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 3.470.440,96
(=) Previsão atualizada da Receita	R\$89.240.263,97

c) Saldo de exercícios anteriores (campo 7): o valor no demonstrativo acima se refere aos recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores. Também, pelo mesmo critério, devem ser desconsiderados os restos a pagar pagos durante o exercício, com recursos de superávit financeiro de anos anteriores. Tais valores, que no período de janeiro a dezembro de 2023, corresponderam a R\$ 3.889.024,54 (Três milhões oitocentos e oitenta e nove mil e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) foram informados no campo 7, no demonstrativo acima.

2. ANALISE DO COMPORTAMENTO GLOBAL DA RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2023 no montante de R\$ 77.313.156,45 (Setenta e sete milhões trezentos e treze mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos). A receita efetivada no período de janeiro a Dezembro foi de R\$ 85.558.245,38 (Oitenta e cinco milhões quinhentos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos), tendo sido arrecadado, portanto, 110,66% da meta anual.

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (A)	Realiz. no Período (B)	% (B/A)
1 – Receitas Correntes	71.550.887,15	86.842.686,47	121,37
Impostos, Taxas e Contribuições e Melhoria	7.266.214,33	12.805.873,49	176,24
Receita de Contribuições	1.741.238,65	1.854.771,84	106,52
Receita Patrimonial	3.713.836,95	7.197.419,46	193,80
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	28.682,67	35.359,41	123,28
Transferências Correntes	57.516.837,39	61.113.964,87	106,25
Outras Rec. Correntes	1.284.077,16	3.835.297,40	298,68
2 – Receitas de Capital	9.030.000,00	5.487.023,16	60,76
Operações de Crédito	6.000.000,00	2.737.542,72	45,63
Alienação de Bens	850.000,00	163.417,44	19,23
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transfer. De Capital	2.180.000,00	2.586.063,00	118,63
Outras Rec. De Capital	0,00	0,00	0,00
7 - Receitas Correntes - Intraorçamentárias	5.951.439,69	2.251.871,40	37,84
7 – Receitas de Capital - Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
3 (-) Deduções da Receita	-9.219.169,39	-9.023.335,65	97,88
Total da Receita	77.313.156,45	85.558.245,38	110,66

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$71.550.887,15 (Setenta e um milhões quinhentos e cinquenta mil oitocentos e oitenta e sete reais e quinze centavos). Os valores realizados corresponderam a R\$ 86.842.686,47 (Oitenta e seis milhões oitocentos e quarenta e dois mil seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), superando 121,37% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de Impostos, Taxas e Contribuições e Melhoria e as Transferências Correntes, que figuraram, respectivamente, com 14,75% e 70,37% do total da receita orçamentária realizada.

2.1.1 Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias (Receitas Tributárias)

O quadro a seguir demonstra o comportamento da arrecadação das receitas tributárias:

QUADRO 4 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Impostos	6.401.212,93	12.048.575,75	188,22
I P T U	2.126.737,07	1.702.643,02	80,06
I R R F	1.150.834,39	1.798.056,29	156,24
I T B I	1.999.662,34	6.931.045,72	346,61
I S S Q N	1.123.979,13	1.616.830,72	143,85
Taxas	470.705,98	416.997,24	88,59
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	235.459,89	203.088,59	86,25
Taxas p/ Prestação de Serviços	235.246,09	213.908,65	90,93
Contribuição de Melhorias	394.295,42	340.300,50	86,31
Total das Receitas Tributárias	7.266.214,33	12.805.873,49	176,24

Como se observa, até final do quadrimestre em análise, as receitas tributárias arrecadadas somaram o montante de R\$ 12.048.575,75 (Doze milhões quarenta e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 6.401.212,93 (Seis milhões quatrocentos e um mil duzentos e doze reais e noventa e três centavos), representa uma realização de 188,22 % do valor estimado para o ano.

O IPTU arrecadou 80,06% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$2.126.737,07 (Dois milhões cento e vinte e seis mil setecentos e trinta e sete reais e sete centavos), tendo sido arrecadados R\$ 1.702.643,02 (Hum milhão setecentos e dois mil seiscentos e quarenta e três reais e dois centavos). A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada negativamente pela desatualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$1.999.662,34 (Hum milhão novecentos e noventa e nove mil seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos) para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$6.931.045,72 (Seis milhões novecentos e trinta e um mil e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos), 346,61% do valor previsto para 2023. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um acréscimo de 563,12% em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 1.616.830,72 (Hum milhão seiscentos e dezesseis mil oitocentos e trinta reais e setenta e dois centavos), o que representa 143,85% da

previsão. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implementação de uma política de combate à sonegação de impostos, bem como a atualização da legislação municipal.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 416.997,24 (Quatrocentos e dezesseis mil novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), contra uma projeção de R\$470.705,98 (Quatrocentos e setenta mil setecentos e cinco reais e noventa e oito centavos). Arrecadou-se, portanto, 88,59% da meta anual.

Os ingressos originados da Contribuição de Melhorias acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 340.300,50 (Trezentos e quarenta mil e trezentos reais e cinquenta centavos), correspondendo a 86,31% da previsão anual.

2.1.2 Receita de Contribuições

O quadro 4 apresenta o desempenho das Receitas de Contribuições, que acumularam no ano, até o mês de dezembro o valor R\$ 2.121.944,95 (Dois milhões centos e vinte e um mil novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), correspondendo a 103,63% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes das Contribuições Previdenciárias e registraram uma arrecadação de R\$ 1.788.351,63 (Um milhão setecentos e oitenta e oito mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), correspondendo a 107,39% da projeção inicial.

QUADRO 5 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Contribuições Sociais	1.665.277,29	1.788.351,63	107,39
Contribuições Previdenciárias	1.665.277,29	1.788.351,63	107,39
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	381.836,46	333.593,32	87,37
Total das Receitas de Contribuições	2.047.711,75	2.121.944,95	103,63

2.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no Quadro 6, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que realizou R\$ 18.721.221,66 (Dezoito milhões setecentos e vinte e um mil duzentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos) no período, correspondendo a 133,33% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$18.282.601,51 (Dezoito milhões duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e um reais e cinquenta e um centavos), ou seja 104,08% da expectativa inicial, que era de R\$17.566.643,94 (Dezessete milhões quinhentos e sessenta e seis mil seiscentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos). O comportamento dessa receita

está diretamente ligado ao índice de participação do Município, que sofreu um acréscimo de 107,80% em relação ao ano anterior e, também, do aumento da atividade econômica no Estado.

QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Transferências da União	19.343.295,74	27.078.279,19	139,99
Cota parte do F P M	14.041.027,89	18.721.221,66	133,33
Cota parte do I T R	1.242.558,11	1.360.590,23	109,50
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo	208.543,04	414.710,77	198,86
Transf. do SUS – Bloco de Manutenção das ASPS	2.954.275,08	5.028.935,60	170,23
Transf. do SUS – Bloco Estruturação das ASPS	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do SUS	0,00	0,00	0,00
Transferências do F N A S	196.562,55	213.545,31	108,64
Transferências do F N D E	561.680,40	639.843,65	113,92
Transferências de Convênios da União	0,00	237.658,62	
Demais Transf. Correntes da União	138.648,67	461.773,35	333,05
Transferências do Estado	19.972.251,50	21.490.439,80	107,60
Cota Parte do I C M S	17.566.643,94	18.282.601,51	104,08
Cota Parte do I P V A	912.804,87	1.433.567,24	157,05
Cota Parte do IPI / Exportação	253.936,97	180.409,51	71,04
Cota parte da C I D E	8.358,95	12.041,04	144,05
Transf. Do Fundo Est. Saúde (FES)	1.218.530,76	1.204.350,17	98,84
Transf. Fundo Est. Ass. Social(FEAS)	0,00	9.768,69	
Transferências de Convênios do Estado	0,00	240.000,00	
Demais Transf. Correntes do Estado	11.976,01	127.701,64	1.066,31
Total das Transferências Correntes	39.315.547,24	48.568.718,99	123,54

2.1.4 - Transferências do F U N D E B

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 8.585.922,69 (Oito milhões quinhentos e oitenta e cinco mil novecentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos), representando 100,55% da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$8.306.736,29 (Oito milhões trezentos e seis mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos) (102,78% do total previsto para o ano). Portanto, o ganho até o final do quadrimestre é de R\$279.186,40 (Duzentos e setenta e nove mil cento e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

QUADRO 8 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Valores Recebidos do FUNDEB	8.538.768,63	8.585.922,69	100,55
Valores Transferidos para o FUNDEB	8.082.284,06	8.306.736,29	102,78
Ganho / Perda com o FUNDEB	455.484,57	279.186,40	61,29

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 60,76% do projetado. O maior desempenho verificado nesse grupo ocorreu nas receitas de Transferências de Capital, que demonstraram um ingresso de 118,63% diante do projetado, correspondendo a R\$2.586.063,00 (Dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil e sessenta e três reais). Na composição dessa receita, prevalece o item Alienação de Bens, que teve desempenho desfavorável realizando 19,23% do previsto.

QUADRO 9 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Operações de Crédito	6.000.000,00	2.737.542,72	45,63
Alienação de Bens	850.000,00	163.417,44	19,23
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.180.000,00	2.586.063,00	118,63
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	9.030.000,00	5.487.023,16	60,76

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO GLOBAL DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, inclusive as operações intraorçamentárias, a Despesa Total liquidada no período de Janeiro a Dezembro de 2023, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 85,98%, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 11.992.295,90 (Onze milhões Novecentos e noventa e dois mil duzentos e noventa e cinco reais e noventa centavos).

Esse resultado da execução orçamentária contribuiu para o atingimento das metas fiscais estabelecidas para o período. Em síntese, o total executado das despesas correntes foi de R\$66.759.493,40 (Sessenta e seis milhões setecentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta centavos), correspondendo a 94,19% das dotações. As despesas de capital totalizaram R\$ 6.806.456,08 (Seis milhões oitocentos e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e oito centavos), ou seja, 38,47% do total dos créditos autorizados.

QUADRO 10 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária - Arrecadada	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total	89.240.263,97	85.558.245,38	95,87

Despesa Orçamentária - Liquidada	Dotação Atualizada (A)	Liquidada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	70.880.129,15	66.759.493,40	94,19
Pessoal e Encargos Sociais	39.185.136,84	38.713.370,65	98,80
Juros e Encargos da Dívida	22.000,00	21.977,58	99,90
Outras Despesas Correntes	31.672.992,31	28.024.145,17	88,48
Despesas de Capital	17.694.129,41	6.806.456,08	38,47
Investimentos	15.978.284,00	5.094.040,33	31,88
Inversões Financeiras	72.609,41	72.000,00	99,16
Amortização da Dívida	1.643.236,00	1.640.415,75	99,83
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	4.555.029,95	0,00	0,00
(2) Despesa Total	93.129.288,51	73.565.949,48	78,99
Resultado Orçamentário (1-2)	-3.889.024,54	11.992.295,90	308,36
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		85,98	

Observações:

a) o valor informado na coluna Previsão Atualizada da receita, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, corresponde a:

Previsão inicial da Receita	R\$77.313.156,45
(+) Excesso de arrecadação (inclusive proveniente de auxílios e convênios) utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$8.456.666,56
(+) Produto de operações de crédito não previstas na LOA, utilizado para a abertura de créditos adicionais	R\$ 3.470.440,96
(=) Previsão atualizada da Receita	R\$89.240.263,97

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a previsão atualizada da despesa, no valor de R\$3.889.024,54 (Três milhões oitocentos e oitenta e nove mil e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) corresponde ao montante de recursos do Superávit Financeiro do exercício de 2023 que foi indicado para a abertura de créditos adicionais, bem como o montante dos Créditos Especiais reaberto nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição da República.

3.1 – Despesas com Juros e Amortização da Dívida

A liquidação de empenhos de Juros e Encargos da Dívida somaram R\$21.977,58 (Vinte e um mil novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), correspondendo a 99,90% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$1.640.415,75 (Hum milhão seiscentos e quarenta mil quatrocentos e quinze reais e setenta e cinco centavos), representaram um desembolso correspondente a 99,83% do total programado.

3.2 – Investimentos Realizados

Os investimentos realizados, foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$15.978.284,00 (Quinze milhões novecentos e setenta e oito mil duzentos e oitenta e quatro reais), apresentando uma execução de R\$5.094.040,33 (Cinco milhões noventa e quatro mil e quarenta reais e trinta e três centavos). Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO
APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS,
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS
MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
MOBILIÁRIO EM GERAL
VEÍCULOS DE TRACAO MECANICA
MATERIAL DE CONSUMO DE USO DURADOURO
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
TERRENOS
OUTRAS AQUISIÇÕES DE BENS IMÓVEIS

4. Despesas com Pessoal e Encargos

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 18/2023, do Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais.

Nos quadros a seguir estão especificados, respectivamente, a Receita Corrente Líquida (Quadro 10) e das Despesas com Pessoal do Poder Executivo/Indiretas e do Poder Legislativo, de acordo com a metodologia de cálculo estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado. Os valores se referem ao período de Janeiro a Dezembro de 2023.

QUADRO 10 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	86.842.686,47
(-) Deduções das Receitas Correntes	9.023.335,65
(-) Contribuições para Custeio dos Sistemas Previdenciário e Assistencial	1.854.771,84
(-) Compensação Previdenciária ao RPPS	1.446,95
(-) Receitas do RPPS – Remunerações (Rendimentos de Aplicações) e Outras Receitas	5.483.855,20
(-) Receitas do Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00
(-) Receitas do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor	0,00
(-)Outras Contribuições Sociais	0,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -GERAL	70.479.276,83
(-)Valor das Emendas Parlamentares de Individuais	1.150.000,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – PARA FINS DE ENDIVIDAMENTO	69.329.276,83
(-) Valor das Emendas Parlamentares de Bancada	0,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – PARA FINS DE GASTOS COM PESSOAL	69.329.276,83

QUADRO 11 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

Item de despesa	Poder Executivo /Indiretas	Pode Legislativo
Pessoal e encargos sociais	36.939.564,66	1.773.805,99
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização - Substituição de mão de obra (art. 18, § 1º da LRF) (1)	866.014,97	0,00
(+)Restos a Pagar Não Processados	28.476,70	0,00
(+)Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras (de RPPS)	0,00	0,00
(+)Recurso para Cobertura de Déficit Financeiro (de RPPS)	0,00	0,00
(+)Informação da execução do consorcio para consolidação - despesa com pessoal	0,00	0,00
(+)Despesa com pessoal não executada orçamentariamente	0,00	0,00
(+)Despesa com pessoal nas entidades com contrato de gestão	0,00	0,00
(-)Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares (com recursos do RPPS)	5.190.656,91	0,00
(-)Pensões do RPPS e do Militar (com recursos do RPPS)	1.148.343,78	0,00
(-)Sentenças Judiciais	0,00	0,00
(-)Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
(-)Indenizações e Restituições Trabalhistas	62.502,64	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	31.432.553,00	1.773.805,99
% de Comprometimento em Relação à Receita Corrente Líquida	45,34%	2,56%

5. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas pelo critério da liquidação da despesa, conforme estabelecido no Anexo I da **Instrução Normativa nº 19/2023**, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 12.874.447,79 (Doze milhões oitocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), o que corresponde a 23,23% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município não atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no Quadro 6, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação ao FUNDEB. Assim, o ganho deverá ser deduzido nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 8.023.745,32 (Oito milhões vinte e três mil setecentos e quarenta e cinco

reais e trinta e dois centavos), o que corresponde a 93,45% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

**QUADRO 12 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

RECEITAS	Previsão Atualizada (A)	Arrecadação (B)	% (B/A)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	48.464.866,95	55.428.950,57	114,37
Receitas de Impostos	6.401.212,93	12.048.575,75	188,22
Receitas de Transferências Constitucionais	42.063.654,02	43.380.374,82	103,13
TOTAL DAS RECEITAS	48.464.866,95	55.428.950,57	114,37
Mínimo a Aplicar em M D E (25%)	12.116.216,74	13.587.237,64	112,14

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	Despesas Autorizadas (A)	Despesas Liquidadas (B)	% (B/A)
ENSINO FUNDAMENTAL	10.030.386,78	9.757.536,05	97,28
ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00
ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.899.485,28	2.839.189,31	97,92
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	466.260,70	418.249,29	89,70
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00
(+) Perda / (-) Ganho com o FUNDEB	455.484,57	279.186,40	61,29
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras MDE e FUNDEB	41.011,08	138.659,54	338,10
TOTAL DAS DESPESAS COM MDE E FUNDEB	12.981.659,27	12.874.447,79	99,17

6. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Tomando como base as despesas liquidadas no período, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 9.464.322,28 (Nove milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), o que corresponde a 17,07% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

**QUADRO 13 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

RECEITAS	Previsão Atualizada (A)	Arrecadação (B)	% (B/A)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	48.464.866,95	55.428.950,57	114,37
Receitas de Impostos	6.401.212,93	12.048.575,75	188,22
Receitas de Transferências Constitucionais	42.063.654,02	43.380.374,82	103,13
TOTAL DAS RECEITAS	48.464.866,95	55.428.950,57	114,37
Mínimo a Aplicar em ASPS (15%)	7.269.730,04	8.314.342,59	114,37

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	Despesas Autorizadas (A)	Despesas Liquidadas (B)	% (B/A)
ATENÇÃO BÁSICA	9.809.708,60	9.173.320,44	93,51
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	330.215,37	297.592,70	90,12
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES	0,00	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	12.550,55	6.590,86	52,51
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS	10.127.373,42	9.464.322,28	93,45

7. Análise da Dívida Pública - Resultado Nominal pelo Critério Abaixo da Linha

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal pelo critério abaixo da linha foi de -R\$6.257.113,28 (Menos seis milhões duzentos e cinquenta e sete mil cento e treze reais e vinte e oito centavos), o qual foi apurado de acordo com a metodologia que passou a ser adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional a partir da 9ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais.

Por esta metodologia efetua-se a verificação da variação do saldo do endividamento no período, que leva em conta a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida do período anterior e o saldo da dívida no final do exercício de referência, sendo que, caso o resultado seja negativo = déficit e caso positivo = superávit.

**QUADRO 14 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL PELA METODOLOGIA
ABAIXO DA LINHA**

Especificação	Saldo 31/12/ano anterior (A)	Saldo atual (B)	Diferenças (C = A-B)
I – Dívida Pública Consolidada			
{...}	7.999.908,31	7.289.775,89	710.132,42
{...}			
{...}			
II – Disponibilidade (Líquida dos Restos a Pagar e Demais Obrigações a Pagar)¹	-52.911.053,53	-59.878.299,23	6.967.245,70
(-) Ativo Disponível			
Caixa	54.282.223,70	64.648.048,90	-10.365.825,20
Bancos Conta Movimento			
Bancos Conta Aplicação			
(+) Restos a Pagar Processados + Empenhos do Exercício Liquidados a Pagar	1.371.170,17	2.032.206,95	-661.036,78
(+) Outras Obrigações Financeiras	0,00	2.737.542,72	-2.737.542,72
III – Dívida Consolidada Líquida (I – II)	60.910.961,84	67.168.075,12	-6.257.113,28
IV – Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00
V – Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00
VI – Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V)	60.910.961,84	67.168.075,12	-6.257.113,28

Como se verifica, a dívida pública consolidada apresentou saldo de R\$ 10.027.318,61, assim discriminados: Operações de Crédito R\$2.737.542,72 (Dois milhões setecentos e trinta e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos), Parcelamentos com o INSS R\$ R\$7.289.775,89 (Sete milhões duzentos e oitenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos). Comparando-se esse saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve acréscimo da ordem de 125,34%, conforme demonstrativo acima.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20 observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de 0,14, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

¹ Em caso de constatação de insuficiência financeira (saldo negativo) colocar um “-” (traço) nessa linha.

8- Disponibilidades e Caixa e Restos a Pagar

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Em 31/12/2023, os Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo foram de R\$ 7.325.624,16 (Sete milhões trezentos e vinte e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos) e R\$ 11.920,00 (Onze mil novecentos e vinte reais), respectivamente. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R\$ 64.615.844,90 (Sessenta e quatro milhões seiscentos e quinze mil oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos), ao passo que as do Legislativo ficaram em R\$ 32.205,53 (Trinta e dois mil duzentos e cinco reais e cinqüenta e três centavos). A relação “Saldo de Caixa / Restos a Pagar”, para as fontes de recursos podem ser visualizada no quadro a seguir:

QUADRO 17 – COMPARATIVO DE RESTOS A PAGAR X DISPONIBILIDADES

Especificação	Restos a Pagar de Exerc. Anteriores	Inscrições do Exercício	Disp. Financeira
Recursos Livres – Poder Legislativo	0,00	11.920,00	32.205,53
Recursos Livres – Poder Executivo	246.571,35	2.804.637,58	5.116.091,31
Recursos da Educação (MDE)	25.214,71	447.105,08	754.639,79
Recursos da Educação (FUNDEB)	57.640,01	305.296,39	949.440,59
Recursos da Saúde (ASPS)	34.937,10	692.562,65	1.097.497,95
Recursos do R P P S	2.378,60	1.658,28	49.304.862,07
Outros . . .	685.763,76	2.021.858,65	7.393.313,19
TOTAIS ----- >	1.052.505,53	6.285.038,63	64.648.050,43

9. Receitas e Despesas Previdenciárias

Conforme a Lei Municipal nº _____, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 12.525.007,70 (Doze milhões quinhentos e vinte e cinco mil sete reais e setenta centavos), e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 6.285.038,63 (Seis milhões duzentos e oitenta e cinco mil trinta e oito reais e sessenta e três centavos), obtendo-se um resultado superavitário de R\$6.239.969,07 (Seis milhões duzentos e trinta e nove mil novecentos e sessenta e nove reais e sete centavos), o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$49.304.862,07 (Quarenta e nove milhões trezentos e quatro mil oitocentos e sessenta e dois reais e sete centavos), que se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 18 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas (A)	Realizadas (B)	% (B/A)
RECEITAS CORRENTES	4.468.079,85	7.340.073,99	164,28
Receita de Contribuições	1.741.238,65	1.854.771,84	106,52
Contribuições de Servidores p/ RPPS	1.741.238,65	1.854.771,84	106,52
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações)	2.722.748,27	5.483.855,20	87,12
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária	4.092,93	1.446,95	35,35
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.951.438,69	5.184.933,71	87,12
Contribuição Patronal do Exercício	2.396.097,82	2.251.871,40	93,98
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT	3.555.340,87	2.933.062,31	82,50
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	10.419.518,54	12.525.007,70	120,21


DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas (A)	Liquidadas (B)	% (B/A)
ADMINISTRAÇÃO GERAL	130.000,00	74.781,30	57,52
Despesas Correntes	120.000,00	74.781,30	62,32
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.364.793,10	6.339.000,69	99,59
Aposentadorias	5.204.793,10	5.190.656,91	99,73
Pensões	1.160.000,00	1.148.343,78	99,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	6.494.793,10	6.413.781,99	98,75
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)	6.111.225,71		
	Saldo no Início do Quadrimestre	Saldo no Final do Quadrimestre	
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	47.271.000,23	49.304.862,07	

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Rosana Maria de Freitas Barreiros
Secretária da Fazenda
Portaria nº. 293/2023

GERAL 2012
Câmara Municipal
CACEQUI-RS
Prot. 135134 / 2012
Data 15/11/2012

Assinatura _____ Hora _____